

Alexandre Levin

OPERAÇÃO URBANA CONSORCIADA

Concertação público-privada para a justa distribuição
dos benefícios decorrentes da atividade urbanística

 *Lumen Juris* | Direito

Resumo de Operação Urbana Consorticiada

A ordem constitucional brasileira impõe ao Estado a função de organizar os espaços habitáveis, em busca do pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade. Para se desincumbir desse dever, o Poder Público tem ao seu dispor uma série de instrumentos jurídicos, utilizáveis de acordo com o tipo de intervenção no espaço urbano que se que realizar.

[Acesse aqui a versão completa deste livro](#)